

Ruy Fabiano - jornalista

Não é por outro motivo que o governo reage ferozmente à ideia de abrir a caixa preta do BNDES, que revelará parte dos custos da construção da Pátria Grande

A construção de uma unidade geopolítica latino-americana – ou ao menos sul-americana – não surge com o PT. É ideia antiga, que, há três décadas, inspirou o Mercosul e alterou, para o mal e para o bem, a diplomacia e o comércio continentais.

O fato de ser desejável e necessária, numa época em que as nações se organizam em blocos, para melhor figurar no cenário geopolítico mundial, não a torna menos complexa. A unidade europeia, ideal antigo de séculos, começou a ser implementada após a Segunda Guerra. Passou por diversos estágios e ainda está em curso, cada etapa sendo publicamente discutida.

Não é fácil unir coisas distintas e assimétricas, respeitando-se os espaços de soberania.

O problema da união latino-americana cogitada pelo PT, e pelas organizações da esquerda continental, reunidas no Foro de São Paulo, é tentar impô-la sem debates e sob o tacão ideológico.

A Pátria Grande terá que ser socialista – ou bolivariana - e seu projeto objetiva, com a urgência possível, unificar forças armadas, moeda e territórios. Nada menos.

Para definir sua institucionalização, criou-se a Unasul, cuja última reunião de cúpula, no Equador, em dezembro, aprovou três propostas complicadíssimas: uma Escola Sul-Americana de Defesa – "um centro articulado de altos estudos para formação de civis e militares" -, abertura do espaço aéreo dentro da Unasul, além de passaporte comum, sem distinguir nacionalidades.

São questões que tangenciam a soberania e pressupõem longas e complexas tratativas, acompanhadas de perto pelas sociedades dos países abrangidos. Nada disso, porém, ocorreu: nem na sociedade, nem no Congresso, nem em parte alguma.

Quem assiste os vídeos do PT tratando do assunto – e há vários na internet (deve ser isso que o partido entende como "debate"), constata que se parte de um pressuposto falso: de que a sociedade brasileira está não só ciente desse projeto, mas de pleno acordo – sobretudo quanto a seu teor ideológico.

Num deles, fala-se de "uma América do Sul vermelha". Em outro, Lula fala da importância de o Brasil investir na infraestrutura de Cuba, sem explicar o porquê. O debate deu-se sempre intramuros, com a militância do partido e do Foro.

Os reflexos dessa manobra são evidentes. Mudou a diplomacia brasileira, trocando parceiros e prioridades. O Brasil é o único país a dispor de duas chancelarias: a oficial, o Itamaraty; e a real, a cargo do chanceler Marco Aurélio Garcia.

As antigas alianças ocidentais foram trocadas por outras, de teor oposto, que em vez de lucro dão prejuízo. Serve-se ao país a política do fato consumado, na base da terapia do susto.

A figura de Simon Bolívar tem peso simbólico nos países hispano-americanos, como libertador do colonizador europeu, mas nenhum no Brasil, que viveu processo de independência diverso.

Impingi-la como elo comum é uma arbitrariedade. Os nossos "pais fundadores" – e os há – são civis. Os mentores de nossa independência não eram militares, que só passaram a ter presença exponencial na política brasileira a partir da República, por eles proclamada. Nosso Bolívar é José Bonifácio.

O problema, portanto, começa na falsificação dos símbolos. A grande figura militar brasileira, o Duque de Caxias, firmou-se menos como guerreiro e mais como pacificador, arquiteto da unidade nacional, ao longo do Segundo Reinado.

Nem ele, no entanto, desfruta mais desse prestígio, tal a eficácia do processo iconoclasta a que foram submetidas as figuras históricas do país de algumas décadas para cá. Sem heróis, não há nação – e por isso as grandes nações sempre cultivaram os seus.

A Pátria Grande não inova nesse ponto: vê em Bolívar um herói comum, ainda que o perfil histórico que esculpiu esteja bem longe da figura real que ele encarnou. O Brasil, e esse é o absurdo maior, mesmo sem ter nada a ver com Bolívar, cumpre o papel de promover e patrocinar esse projeto, sem que sua população saiba de seus objetivos e, sobretudo, do seu custo.

Não é por outro motivo que o governo reage ferozmente à ideia de abrir a caixa preta do BNDES, que revelará parte dos custos da construção da Pátria Grande. Ela também é destinatária de parte do saque à Petrobrás e aos fundos de pensão.

O Foro de São Paulo promove a eleição dos bolivarianos e sustenta a construção (que não é barata) dos alicerces dessa "nação comum". O dinheiro vem daqui. E Joaquim Levy, antípoda ideológico do pessoal do Foro, foi chamado a administrar o troco que restou ao Tesouro Nacional nessa aventura em pleno curso.

Veja como publicado: <http://brasilsoberanoelivre.blogspot.com.br/2015/05/a-patria-grande.html>